

O desafio de financiar o Renda Cidadã - MAIS ECONOMIA

Marta Sfredo

A busca por fontes de financiamento para um programa social mais robusto do que o Bolsa Família já provocou cartão vermelho à equipe econômica, escolta política para o ex-superministro Paulo Guedes e reuniões para discutir a relação. O primeiro motivo para tanta dificuldade é óbvio, como explicitou o vice-presidente Hamilton Mourão: "não tem de onde tirar". Mas também falta coesão, boa intenção e competência.

O aumento das despesas na pandemia fez com que o buraco nas contas públicas projetado para o ano seja de R\$ 871 bilhões, cerca de 12,1% do PIB. No orçamento de 2021, o rombo previsto era de R\$ 233,6 bilhões - sem o Renda Cidadã. No âmbito da coesão, analistas têm chamado atenção para o sumiço do ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni, do debate sobre um programa sob sua gestão. Também houve tutela da articulação política sobre o ministro da Economia.

Nos episódios dos últimos dias, é possível apontar falta de coesão do próprio Paulo Guedes, que ouviu sem protestar que os precatórios e o Fundeb financiariam o Renda Cidadã, para depois afirmar que não faria "puxadinhos". E, mesmo diante dessas declarações de Guedes, políticos mantinham a intenção de buscar recursos nos precatórios e no Fundeb. Ninguém sabe. Nem se entende.

Na divisão da boa intenção, o governo Bolsonaro quer, claramente, manter o ganho de popularidade obtido com o auxílio emergencial sem comprar briga com quem deve. Já que o próprio presidente disse que não quer "tirar do pobre para dar ao paupérrimo", deveria tirar dos mais ricos. Mas não dá sinais de corrigir distorções do serviço público nem de taxar a renda realmente alta, em vez de estrangular a assalariada. Evita pesar a mão na reforma administrativa, que poderia abrir espaço de prazo mais longo no orçamento.

Aqui entra também a escassez de competência, exibida na reforma da Previdência, para convencer todos os interessados de que a situação das finanças públicas neste momento é tão delicado quanto a da Amazônia, e não suporta mais agressões. Encontrar uma solução é crucial. Por mais que tenha interesse

eleitoral, o apoio aos "invisíveis" é essencial para fazer a transição entre a crise brutal e a porta de saída. Está alimentando pessoas que, sem isso, não teriam outra opção. Mas é preciso buscar dinheiro, coesão, boa intenção e competência.

Risco de alta nos preços de imóveis

A pressão custo de insumos, combinada à procura provocada pelo "efeito fique em casa" e pelo juro baixo, embute risco de aumento no preço dos imóveis no Rio Grande do Sul. Conforme o sindicato das empresas do setor no Estado, as altas em materiais de construção chegam a 34,7% no mês, caso dos fios de cobre. Segundo Aquiles dal Molin, presidente do **Sinduscon-RS**, a velocidade da reação pegou de surpresa fábricas de cimento e aço. Várias desativaram unidades, projetando reação só em 2021, e agora há escassez de insumos.

- O juro está baixo para compra de imóveis e nas aplicações. Muita gente que não conseguia agora pode comprar, e a baixa atratividade da renda fixa leva a investir em imóveis - detalha.

O empresário pondera, ainda, que "com todo mundo preso em casa", houve busca por pequenas reformas. Dal Molin admite que será necessário repassar os aumentos, mas não "de uma hora para outra".

- Não tem como absorver valores altos assim. Para quem quer comprar imóveis, é bom aproveitar os que estão à venda neste ano. Mas os lançamentos virão com preços novos.

Com empresa 100% em home office, sede vira clube

Quando a pandemia surgiu, o home office foi uma solução que, em tese, seria temporária. A Gruppen, de Porto Alegre, especializada em tecnologia da informação (TI), teve resultados tão bons que decidiu operar 100% nessa modalidade. A empresa, que previa inaugurar sua nova sede (foto) em 18 de março, dará outra finalidade ao espaço: vai transformá-lo em clube para os funcionários.

- Com as pessoas em casa, estabelecemos a interação entre os times, criamos reuniões diárias de bate-papo com câmeras abertas para trocas gerais - explica Felipe Jacobs, diretor da Gruppen.

Apesar da dificuldade inicial, durante a pandemia o faturamento cresceu 32% e as despesas caíram 22%. Em pesquisa interna, os funcionários indicaram seu "nível de felicidade" por notas de 1 a 10, e a média foi 8. O resultado foi a decisão de não retomar o trabalho presencial.

Mas o que fazer com a nova sede e como integrar os colaboradores? A resposta foi o Clube Gruppen. As instalações da Rua Dona Laura foram remodeladas para um lugar de se divertir com jogos, cafeteria, cervejas artesanais e sorveteria.

- Invertemos a ordem: antes o home office era esporádico, agora o esporádico será ir até a empresa e ter um dia diferente. O acesso ao clube só será liberado depois que a pandemia acabar. A pessoa pode ir para trabalhar, mas terá espaços de lazer de segunda a sexta, em horário comercial - detalha.

Na Gruppen, existe um indicador em que o funcionário soma pontos por tarefas e faz autoavaliação da produtividade.

- Controlar é mais caro do que confiar. Instauramos uma filosofia de confiança. Todos têm liberdade de construir seu dia, podendo gerenciar o tempo da melhor forma e com liberdade.

Súper de nova geração

Depois de reformar os hipermercados da marca, o Grupo Big está partindo para mais mudanças na rede. O projeto Super Nova Geração prevê a revitalização de todas as lojas do formato supermercado.

No Estado, serão reformuladas as unidades do Nacional. Conforme a empresa, a intenção é oferecer ao cliente uma área de vendas mais moderna e inteligente, com novo layout e reforço nos produtos perecíveis. A primeira loja que adotou o novo conceito, no Estado, foi a de Camaquã. Além de novos serviços e identidade visual, houve treinamento para as equipes poderem dar consultoria e auxiliar no atendimento aos clientes. O Grupo Big comprou a rede da americana Walmart no Brasil. Tem 388 unidades e mais de 50 mil funcionários em 18 Estados. Além das bandeiras Big e Nacional, no Estado, tem as marcas Bompreço, Maxxi Atacado, Sam's Club e TodoDia, mais postos de combustíveis.

Aperta a "conspiração" contra o governo bolsonaro:

Bradesco, Itaú Unibanco e Santander aderiram ontem à Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. O propósito é promover um novo modelo de desenvolvimento, baseado em baixo carbono, para

frear as mudanças climáticas.

40,1%

foi a alta do dólar frente ao real de janeiro a setembro de 2020 ante igual período do ano anterior. O segundo pior desempenho foi o da lira turca, ante a qual a moeda americana se valorizou 29,8% nos primeiros nove meses do ano. Pandemia houve em todos os países. O câmbio paga o preço do risco Brasil.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/index.jsp#page/1>

Construção civil sente os reflexos da escassez

O presidente do Sindicato da Indústria da **Construção Civil** de Novo Hamburgo (**Sinduscon-NH**), Eduardo Schaeffer, diz que há oferta reduzida de alguns insumos, chegando até a falta em determinados casos. De acordo com ele, praticamente todos os produtos tiveram prazos de entrega estendidos. "Como quase todos os setores industriais tiveram redução ou paradas em razão de regras impostas pela pandemia, a retomada das obras trouxe consigo um descompasso entre oferta e demanda, o que já era de se esperar", informa. As dificuldades se concentraram nos cabos de cobre, tubos e conexões de PVC, aço para construção, cimento e tijolos e blocos cerâmicos.

Com isto, o **Custo Unitário Básico (CUB)**, calculado mensalmente pelo **Sinduscon-RS**, não para de crescer, com destaques para o fio de cobre de 2,5 milímetros, com aumento de 34,69%; tubo de PVC de 150 milímetros, 19,83%, e chapa compensado plastificado de 18 milímetros, 14,38%. Além disso, O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), no acumulado de janeiro a setembro, apresentou alta de 9,93%.

"É natural que terá impacto na variação do **CUB**, que capta esse desequilíbrio. É de se esperar que o aumento de preços seja acompanhado de aumento de oferta, vindo o mercado a se regular", analisa.

Já o presidente do Sinduscom dos Vales do Sinos, Cai e Encosta da Serra (Sinduscom Vales), Roberto Potrick, diz que há abuso nos preços praticados no setor. Inclusive, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção entregou à Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia um documento com evidências sobre abusos no aumento do preço de materiais de construção durante a pandemia.

Otimismo Para Schaeffer, os reflexos serão sentidos nos preços dos imóveis, tanto em razão deste aumento de custos, assim como pela demanda aquecida, principalmente em razão dos juros baixos nos financiamentos habitacionais. Na avaliação dele, o segmento de imóveis vinha há tempos se ressentindo dos efeitos da crise que atingiu o Brasil a partir de 2015, o que deprimiu os preços e reduziu em muito a oferta de imóveis. "Porém, com a retomada mesmo durante a pandemia e o retorno da economia do País

à normalidade, devemos voltar a um cenário de crescimento do setor."

O que é o **CUB**

O **CUB** é o índice que determina o custo global da obra para fins de cumprimento do estabelecido na lei de incorporação de **edificações** habitacionais em condomínio, assegurando aos compradores em potencial um parâmetro comparativo à realidade dos custos. Atualmente, o **CUB** serve como mecanismo de reajuste de preços em contratos de compra de apartamentos em construção e até mesmo como índice setorial.

Mesmo pagando a mais, não tem material

"O cimento aumentou oito vezes neste ano, seis desde o início da pandemia, e nem por isso os pedidos são rápidos", relata Kamille Schrötter, proprietária da Soberana Material de Construção e Ferragem, em Novo Hamburgo.

De acordo com ela, as linhas de plástico, que envolvem canos e forro, por exemplo, não tinham previsão de entrega. No caso do forro de PVC, o valor do metro saltou de R\$ 14,90 para R\$ 22,90. Outra dificuldade é conseguir escadas de alumínio, com expectativa de pedidos apenas para fevereiro de 2021. Um dos maiores problemas têm sido a falta de barras de ferro de dez milímetros, a medida mais utilizada em obras. "A última vez que consegui comprar faz um mês e por enquanto não sei quando conseguirei fazer outro pedido", conta, mostrando que no depósito, o espaço normalmente ocupado por esta bitola de ferro, estava vazio. Conforme Kamille, há clientes que chegam a pedir o material sem se importar com o novo valor do produto, pois estão com a obra parada e necessitam do insumo para continuar.

Mesmo com a produção total, cerâmica não dá conta dos pedidos

Na ponta da produção, o empresário Miromar Nunes, 57, diz que a Cerâmica Imperial, em Campo Bom, não dá conta de atender as solicitações dos clientes. "Fazia uns oito anos que o mercado não estava deste jeito", comemora. De acordo com ele, quem fizer pedido hoje só recebe daqui a 30 dias.

A fábrica trabalha de domingo a domingo para completar o processo de queima e secagem dos tijolos.

Nunes conta que as vendas dispararam no final de abril, situação que ele relata ser a mesma de Estados como Mato Grosso e Pará, onde conhece empresários. Segundo Nunes, como há falta de produtos no mercado, seus tijolos estão sendo entregues além da região metropolitana.

"Acabei de carregar um caminhão que vai para Rio Grande", destaca. Ele precisou contratar mais seis funcionários.

Site: <http://flippioneiro.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/pio/>

Demanda por material de construção surpreende



A alta demanda tem surpreendido as empresas do setor de **construção civil** do Rio Grande do Sul. Com uma produção mínima, reduzida em razão da pandemia, indústrias do segmento têm apresentado dificuldades para suprir a crescente necessidade de consumo após a retomada dos serviços no Estado, e mesmo para abastecer o próprio comércio com produtos. Aço, cimento, telhas de fibrocimento e materiais de PVC são alguns dos itens em falta no mercado.

Desde março, atividades da **construção civil** estavam paralisadas no Estado e, para acompanhar a queda dos serviços no setor, muitas indústrias reduziram a sua produção. "Nas fábricas de aço, desligaram os fornos, demitiram algumas pessoas, deram férias, tiveram horário reduzido.

Diminuíram muito a produção", diz o presidente do **Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (Sinduscon- RS)**, Aquiles Dal Molin.

Segundo ele, isso gerou, também, atrasos em construções de alguns empreendimentos, que tiveram sua produção paralisada ou adiada. A expectativa é de que, até o final do ano, a situação esteja normalizada. Essa perspectiva, no entanto, não é unânime.

Presidente da Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção (Acomac-**RS**), Jaime Silvano prevê uma recuperação do setor somente na segunda metade de 2021, com o equilíbrio entre oferta e demanda.

Diante dos problemas enfrentados pela indústrias, o setor varejista de materiais de construção também tem

sido prejudicado.

Mesmo que a demanda tenha aumentado, as vendas no varejo caíram em razão da alta nos preços.

Segundo Silvano, a valorização do dólar é um dos grandes fatores que gerou o aumento dos valores dos produtos e a sua falta nas lojas. "Quando o dólar está elevado, as empresas dão prioridade para as exportações. O aço, por exemplo, subiu mais de 50%.

A madeira de pinus também.

Hoje, é mais interessante para a empresa vender para o mercado externo. Isso tem acontecido com tudo. Todos os produtos têm aumentado", conta. "Os preços não baixarão tão rapidamente" De acordo com ele, diversos produtos estão em falta no mercado, de forma que os pedidos realizados pelas ferragens têm sido entregues de forma parcial.

"Antes, o aço demorava 24h, 48h para ser entregue. Hoje, não tem previsão nenhuma. Isso também acontece com as telhas de fibrocimento, com os materiais de PVC, resina de PVC. Daqui a pouco, tem que comprar de dois, três (fornecedores) para se sujeitar a receber de alguém". Ele revela que algumas fornecedoras até mesmo têm recusado mais pedidos, pois a demanda está além de sua capacidade produtiva.

ACERTO DE CONTAS

Com Daniel Giussani
daniel.giussani@zerohora.com.br



GIANE GUERRA

giane.guerra@rdgaucha.com.br
Twitter @gianeguerra

Diagnóstico do comércio

Com o cenário da pandemia ainda incerto, o Sindicato dos Lojistas de Porto Alegre (Sindilojas POA) ouviu comerciantes sobre a saúde financeira do negócio e para projetar decisões no caso de novas restrições. Não surpreende que 69% ainda não se recuperaram do fechamento anterior. E preocupa que a maioria tem capital de giro para menos de dois meses. Veja a seguir o resultado referente a algumas perguntas do estudo.

Quais seriam os impactos no seu negócio em caso de novas restrições?

Queda de faturamento: 99%
Demissão de funcionários: 33%
Atraso nas contas: 29%
Desistência na contratação de funcionários: 19%
Atraso no pagamento da folha: 15%
Atraso de aluguel: 15%
Necessidade de empréstimos: 12%

Fechamento de filiais: 9%
Fechamento da loja: 7%

Você conseguiu se recuperar após a reabertura?

Não: 69%
Sim: 31%

Você possui capital de giro para manter seu negócio no caso de restrições mais severas?

Sim: 52%
Não: 25%
Não sei: 23%



Você buscaria crédito para manter o negócio ativo?

Não: 60%
Sim, linha de crédito: 27%
Sim, empréstimo bancário: 13%

Você enfrenta resistência dos clientes para seguirem protocolos sanitários?

Não: 78%
Sim: 22%

LEVANTAMENTO DO SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL (SINDUSCON-RS) REFORÇA O QUE A COLUNA VEM HÁ MESES ALERTANDO: OS PREÇOS DOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DISPARARAM. CONSIDERANDO O ACUMULADO DE 12 MESES, OS MAIORES AUMENTOS FORAM EM ESQUADRIAS (62%), AÇO (62%) E FIO DE COBRE (55%). NÃO HÁ SINAIS DE RECUE AINDA, MAS FORNECEDORES PROMETEM NORMALIZAR O ESTOQUE DE ITENS ESCASSOS A PARTIR DO INÍCIO DE 2021.

Noel virtual

Shopping de Porto Alegre, o Praia de Belas instalou uma cabine telefônica para crianças conversarem com o Papai Noel. Higienizada com frequência, a estrutura tem uma tela que projeta a imagem do personagem. Para participar, é preciso agendar no site ou no local. Além disso, cartinhas com pedidos de Natal podem ser enviadas pelo Instagram do shopping, que retornará com um vídeo personalizado.



Cabine é frequentemente higienizada

Alta demanda e pouca oferta encarecem materiais

Cálculo da Fundação Getúlio Vargas aponta que o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) cresceu mais de 1,2% em setembro.

Os preços dos insumos para as obras no **RS** hoje é mais caro do que a média do país.

Chamado de inflação da construção, o índice serve com base para estabelecer os valores de parcelas e contratos para imóveis durante a obra. Pela análise do setor, esse aumento nos custos se deve aos preços dos equipamentos e materiais.

Dois fatores elevam os preços, a alta demanda e a falta de matéria-prima. Como indústrias tiveram férias coletivas nos primeiros meses da pandemia, há pedidos represados, o que provoca dificuldade de encontrar os itens no mercado.

Esses custos elevados também aparecem no **Custo Unitário Básico** por metro quadrado (**CUB/m²**) calculado pelo sindicato da **construção civil (Sinduscon-RS)**. Em setembro, os materiais que mais subiram foi o aço (11,3%), telha fibrocimento (6,7%) e esquadria de correr em alumínio (5,7%).

Sobre a maior procura, levantamento da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (Anamaco) aponta que 54% dos varejistas notaram aumento nas vendas em junho, julho e agosto.

Nesta quinta-feira, dia 1º de outubro, o **Sinduscon-RS** divulga uma nova rodada do **CUB/m²**.

Importância econômica A indústria da construção envolve 91 atividades econômicas. Vai do barro até os acabamentos. Frente ao amplo leque de atuações, é difícil estabelecer um percentual na geração de renda.

Pelos dados da Federação das Indústrias do **RS (Fiergs)**, toda a geração de riquezas das indústrias brasileiras no ano passado superou os R\$ 20 bilhões. Deste total, estima-se que 20% tenha sido da cadeia da construção.

Com base em dados do IBGE, essa renda é gerada por obras de infraestrutura, edificação e serviços especializados. Sem considerar o comércio de materiais, a contratação de profissionais autônomos ou gastos com mobiliário e decoração.

Na economia regional, o segmento é um dos mais importantes.

Nos 38 municípios da região, contabilizando organizações privadas, prestadoras de serviço e empresas, são mais de 30 mil cadastros. Nas maiores cidades, essa representação é ainda mais evidente.

São mais de mil empresas ligadas ao setor no Vale do Taquari. Lajeado concentra a maioria, com cerca de 470 CNPJs. A organização dessa estrutura parte do Sindicato das Indústrias da **Construção Civil**, Mobiliária, Marcenarias, Olarias e Cerâmicas para a Construção, Artefatos e Produtos de Cimento e Concreto Pré-Misturado do Vale do Taquari (Sinduscom-VT).

Volta do otimismo Tanto a **construção civil** quanto as indústrias registram aumento de produção e reabertura dos postos de trabalho. É o que mostra pesquisa Sondagem Industrial, da Federação das Indústrias do **RS (Fiergs)**.

Os dados foram apresentados na tarde de ontem e apresentam uma recuperação de todo o terceiro setor gaúcho. Foi a terceira expansão consecutiva da produção por uma base de comparação bastante baixa vista em julho. "A melhora do cenário no país após as medidas de flexibilização impulsiona o otimismo dos empresários e sustenta a recuperação da intenção de investir.

Porém, precisamos lembrar que o nível de atividade permanece abaixo do período pré-crise", afirma o presidente da **Fiergs**, Gilberto Porcello Petry.

O emprego subiu pelo segundo mês consecutivo. O índice do número de empregados pulou de 52,3, em julho, para 55,9 pontos, em agosto. Acima dos 50, os valores revelam crescimento em relação ao mês anterior, sendo que, em agosto, ele foi mais intenso.

Outro fator é que diminuiu a ociosidade. A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) aumentou para 70%, ficando apenas um ponto percentual abaixo da média histórica do mês.